

90 333

▼ **ÁREA DE DISPUTA (1)**

# Aumenta risco de conflito no Oeste

**Índios e colonos já não sentam na mesma mesa para resolver o impasse agrário na área do Toldo do Pinhal**

**Sem solução**

**PAULO ÉDSON PAIM**  
 Seara

Já não se repete mais a cena em que índios e brancos viajaram em um só ônibus para um encontro com o ministro da Justiça, Nelson Jobim, em Brasília, no final de 1995. Eles buscavam um acerto para o problema da área do Toldo do Pinhal, em Nova Teotônia, distrito de Seara - no Oeste do Estado -, onde 56 famílias de agricultores têm a propriedade enquanto 15 famílias de índios kaingangue têm por decreto federal o direito histórico, que lhes foi tomado por uma empresa de colonização no início do século.

Soluções para o impasse existem. Verbas para as indenizações estão orçadas. Há boa vontade de algumas partes envolvidas, mas por outro lado sobre a terra íngreme há muita má vontade, interesses diversos, radicalismo e obstáculos. Brancos e índios têm direito sobre a terra, mas o acordo tarda e todos perdem a paciência. É muito grande o risco de um conflito no Toldo do Pinhal.

São 893 hectares que



Área de conflito reúne de um lado colonos que trabalham na agricultura e do outro índios que lutam para recuperar a terra perdida. IRINEU DALLA VALLE/DCS/Seara

compõem a área disputada. O governo federal já reconheceu a terra como sendo dos índios herdeiros do cacique Gregório Rodrigues. Mas desde 1992, quando os colonos tentaram expulsar o cacique João Maria Rodrigues, filho de Gregório e único descendente ainda residindo no Toldo, os ân-

imos se exaltaram. Escoltadas por João Gonçalves, sobrinho do cacique, as famílias kaingangue foram chegando ao Toldo para lutar pela terra de seus ancestrais. Muita luta, dezenas de contatos e reconhecimento do direito à área, verba para indenizar as benfeitorias dos colonos e tudo parecia se

resolver. Mas o que se desenhava fácil, se concretizou espinhoso.

**DIVIDIDOS** - O levantamento feito nas propriedades dos agricultores - muitas bem estruturadas - está defasado. O reassentamento proposto pelo Inera esbarra num problema: con-

forme o órgão, não há terras disponíveis e suficientes no Oeste capaz de lotar as 41 famílias proprietárias e mais 15 de posseiros. E para outras regiões, os colonos relatam em ir. Atualmente, em meio ao silêncio que ronda os agricultores, os quais parecem ter medo de falar qualquer coisa sobre o futu-

ro, há uma realidade que se pode medir. Os agricultores estão divididos entre os que estão em conformidade com a saída e o reassentamento, os que só aceitam benfeitorias e terra em dinheiro e, por fim, aqueles que nem cogitam sair do lugar, por mais que reconheçam o parecer governamental.

## Índios pedem solução

O cacique da tribo, João Gonçalves Myn, diz ter tentado todas as formas pacíficas de convivência para que o acerto acontecesse. Mas agora ele se diz cansado. "O meu povo está me pressionando para que a gente faça alguma coisa", diz. Participando de uma entidade que congrega os líderes indígenas dos três Estados do Sul, Gonçalves tem em sua influência uma arma a ser disparada a qualquer momento. "Se eu quiser, reúno 5 mil homens num dia", ameaça. "E imagine 50 homens cercando cada casa deles (colonos) de manhã cedo?", diz, comparando a desproporcionalidade a que os agricultores ficariam submetidos se levar a cabo a atitude ventilada.

Alberto Capucci Filho, do Conselho Indígenista Missionário (Cimi) diz que o

processo para que os índios recebam a terra e os brancos saiam da área está parado. Desde 19 de outubro de 1994, quando foi assinada a portaria, determinando a demarcação da área, aconteceram poucos progressos. "De lá para cá a coisa não anda mais", confirma. No final de 1995, o deputado José Fritsch (PT) encaminhou uma emenda ao orçamento da União pedindo uma verba de R\$1.450 mil para indenizar os agricultores. Em maio do ano passado, o Diário Oficial anunciou apenas a aprovação de R\$600 mil, insuficientes para ressarcir os colonos.

Mas o que parecia difícil, teve uma nova luz. A Funai, conforme, Capucci, confirmou ter R\$ 509 mil destinados para o complemento das indenizações. A solução estava encaminhada. Entretanto, após anúncios e ver-

bas concretas, o problema persiste. Enquanto o Inera não encontrar uma área adequada e todos os colonos não tiverem uma decisão comum, a solução continuará sendo um sonho, kaingangue ou branco. "Eu peço que quem tiver cerca de 1 mil hectares para vender no Oeste, me procure", avisa o executor do Inera do Oeste, Euclides Basso. Sem água aparente para apagar o fogo, a panela de pressão ferve. E tem um prazo final: 31 de dezembro de 1996. Se, até este prazo, as verbas disponíveis não forem utilizadas, voltarão à União.

"Isso não vai acontecer, vamos resolver antes do final do ano", diz o cacique João Gonçalves Myn. "Todas as partes querem resolver o problema, e isso é positivo", pondera Capucci.

## Cacique tenta evitar a desmotivação da tribo

Acampadas em barracas plásticas ao redor do colégio de Linha Nova Teotônia, os índios removem incertezas. O cacique João Gonçalves Myn tenta aglutinar as famílias, evitando a desmotivação causada pela espera. Gonçalves assumiu o cargo principal da tribo, no final de 1995, quando seu tio, João Maria Rodrigues, faleceu, vítima de câncer. Conhecedor da luta, ele pegou um bonde quase parado, uma estrada árdua a percorrer.

Gonçalves mora na única casa habitável da tribo. As demais famílias moram mal e comem muito pouco. Vivem de cestas básicas federais - há quatro meses não recebem mais - e de ajudas minguaças da prefeitura de

Seara. "A gente não tem o que comer", confessa o cacique ao contar que em alguns dias uma ou duas galinhas são mortas e divididas entre a tribo. As 13 famílias têm 120 pessoas e vivem a oito quilômetros da sede de Nova Teotônia. Enquanto aguardam o desfecho, e estando em época do plantio, elas aram com uma juta de bois um solo pedregoso nas cercanias do acampamento, onde pretendem produzir algum milho e feijão para o sustento.

Considerando-se discriminados - na escola estudam 20 crianças kaingangues e os colonos não quiseram matricular junto seus filhos e também por serem chamados de bugres, apelido que conside-

ram pejorativo - os descendentes do cacique Gregório têm um argumento para lutar, que busca acima de tudo para manter a identidade nativa. "Nós nos orgulhamos de ter esse sangue índio", dizem. O cacique Gonçalves explica que quando a terra for devolvida para os índios, 60 famílias virão à área. Hoje são 13, com os portugueses sobrenomes Alves, Chaves, Rodrigues, Gonçalves e Cavalheiro. Elas vieram de seis cidades da região e comungam de um preceito indígena: sem a terra onde nasceram, não são felizes. Não se adaptam. O chão de onde vieram é como a ligação que têm com a vida. O encontro do corpo e do espírito.

INSTITUTO  
  
**Documentação**  
 SOCIOAMBIENTAL  
 Fonte: Mário Wilke, Catarinense  
 Data: 15/9/96 Pg. cont.  
 Class.: 1506

**▼ ÁREA DE DISPUTA (2)**

# Agricultores temem decisão do governo

Com um olhar desconfiado e palavras medidas, sílaba a sílaba, o agricultor Mário Wilke, mostra a boa propriedade da família para argumentar que a saída é inconveniente. Os Wilke têm cerca de 90 hectares - 10% da área em questão. A terra é boa e cultivada com capricho pela família de sete pessoas. O trator da família ara um solo vermelho escuro, que não deixa dúvidas da fertilidade, para as lavouras de milho, mandioca e feijão. Eles também trabalham com suínos.

"Se o Governo fizer a gente sair daqui, vai ser uma injustiça", argumenta Mário.

"Nós já decidimos que queremos ficar". Ele diz que nas conversas com o pai, Jorge Wilke, uma decisão foi tomada: só vão pensar no que fazer quando vier o decreto oficial para a saída. Mário afirma que "por enquanto a convivência tem sido boa" com os índios. "Nós não estamos muito preocupados ainda, porque isso pode demorar uns 20 ou 30 anos. A opinião de Jorge é traduzida pelo filho e mostra intenção da família. "O pai nem quer falar nisso", diz Mário. "E nem adianta tentar", resume, com a praticidade germânica. ■

## Ao trabalho



Mário Wilke, ao lado do trator, considera "injustiça" se o governo decidir pela saída da família das terras IRINEU DALLA VALLE/OC-Sete